



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
**CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS
DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS
CNCD-LGBT**

20º Reunião Ordinária do CNCD/LGBT

02 de abril de 2014

ATA

1 Aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, na Sala das Plenárias
2 do Edifício Sede da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República,
3 reuniu-se o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos
4 Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – CNCD/LGBT, em
5 sua 20ª Reunião Ordinária, sob a presidência do Sr. Gustavo Bernardes, presidente
6 do CNCD/LGBT. **Estiveram presentes:** Sra. Janaina Oliveira – Vice-presidente do
7 CNCD/LGBT, Representante Titular da Rede Nacional de Negras e Negros LGBT –
8 REDEAFRO LGBT; a Sra. Samanda Alves – Secretária-Executiva do CNCD/LGBT;
9 a Sra. Maria Guilhermina Cunha Salasário – Representante Titular da Associação
10 Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT; o Sr.
11 Carlos Magno Silva Fonseca; o Sr. Vinícius Alves da Silva, Representante Suplente
12 da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais –
13 ABGLT; a Sra. Cris Stefanny – Representante Titular da Associação Nacional de
14 Travestis e Transexuais – ANTRA; a Sra. Jovanna Baby Cardoso da Silva -
15 Representante Titular da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA;
16 a Sra. Keila Simpson - Representante Suplente da Associação Nacional de Travestis
17 e Transexuais – ANTRA a Sra. Lohren Beauty - Representante Titular do Grupo E-
18 Jovem de Adolescentes Gays, Lésbicas e Aliados; a Sra. Roselaine Dias Silva –
19 Representante Titular da Liga Brasileira de Lésbicas – LBL; a Sra. Yone Lindgren –

20 Representante Titular da Articulação Brasileira de Lésbicas – ABL; o Sr. Carlos
21 Alberto de Sousa Obice – Representante Titular da Central Única dos Trabalhadores
22 – CUT; o Sr. Gil Santos, Representante Suplente da Central de Movimentos
23 Populares – CMP; o Sr. Lucas de Alencar Oliveira – Representante Titular da Ordem
24 dos Advogados do Brasil – AOB; a Sra. Marina Reidel – representante Titular da
25 Associação Brasileira de Estudos da Homocultura – ABEH; o Sr. Zezinho do Prado –
26 Representante Titular da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação –
27 CNTE; o Sr. Liorcino Mendes Pereira Filho, Representante Titular da Articulação
28 Brasileira de Gays – ARTGAY; o Sr. Geovan Adorno Braz, Representante Titular do
29 Fórum Nacional de Negras e Negros LGBT; o Sr. Ivanildo Tajra Franzosi –
30 Representante Titular da Casa Civil; o Sr. Guilherme Alves da Silva Neto –
31 Representante Titular da Secretaria Geral da Presidência da República; a Sra. Maria
32 de Lourdes Alves Rodrigues – Representante Titular da Secretaria de Políticas para
33 as Mulheres da Presidência da República; A Sra. Márcia Canário de Oliveira –
34 Representante Titular do Ministério das Relações Exteriores – MRE; A Sra. Marta
35 Santa Cruz Pordeus – Representante Titular do Ministério do Planejamento,
36 Orçamento e Gestão – MPOG; o Sr. Gustavo Bernardes, presidente do conselho e
37 Representante Titular da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da
38 República; A Sra. Irina Bacci, Representante Suplente da Secretaria de Direitos
39 Humanos da Presidência da República; A Sra. Ialê Garcia Bezerra de Mello,
40 Representante Suplente da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade
41 Racial; O Sr. Alexandre Bortolini, Representante Suplente do Ministério da Educação
42 – MEC; A Sra. Maria Carolina Alves, Representante Suplente do Ministério do
43 Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; O Sr. Diogo Silva Costa,
44 Representante do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; A Sra. Mayra Oliveira
45 Pereira Brito – Representante Titular do Ministério da Cultura – MinC; A Sra. Fátima
46 Aparecida Rampim – Representante d Ministério da Previdência Social – MPS. O Sr.
47 Marco Aurélio Máximo Prado, Representante Titular do Conselho federal de
48 Psicologia – CFP, justificou a sua ausência em razão de atividade do CFP.
49 Convidados: Ministro Alexandre Ghisleni, Diretor do Departamento de Direitos
50 Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores; Sra. Laís Lopes –
51 Assessora Especial da Secretaria-Geral da Presidência da República; Sr. Felipe
52 Freitas, Coordenador do Plano Juventude Viva pela SEPPIR; Larissa Borges,
53 Articuladora do Plano Nacional de Juventude pela Secretaria Nacional de Juventude
54 – SNJ; O Sr. Marden Marques Soares Filho, Coordenador da Área Técnica de
55 Saúde no Sistema Penitenciário do Ministério da Saúde; e Debora Lobo,

56 coordenadora da Coordenação de Cooperação e Articulação do Ministério da
57 Cultura. **Pauta:** 1) Abertura da Sessão; 2) Informes da Mesa Diretora, das
58 Conselheiras e dos Conselheiros; 3) Informes da Comissão de Direitos Humanos da
59 Câmara dos Deputados e da Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT
60 (Adiado para a 21ª RO); 4) ANÁLISE DE CONJUNTURA: Política internacional na
61 área da promoção dos direitos de pessoas LGBT; 5) APRESENTAÇÃO: Teia da
62 Diversidade 2014 – Ministério da Cultura; 6) APRESENTAÇÃO: Marco Regulatório
63 das Organizações da Sociedade Civil; 7) DEBATE: Violência Contra Juventude
64 Negra LGBT; 8) Encaminhamentos Finais e Encerramento. **1) Abertura da Sessão.**
65 Gustavo Bernardes iniciou a reunião cumprimentando os presentes, verificando o
66 quórum, lendo os itens de pauta, abrindo espaço para manifestações sobre a pauta.
67 Léo Mendes entregou requerimento solicitando a inclusão da Eleição da Mesa
68 Diretora na pauta da 21ª Reunião Ordinária. O requerimento foi aprovado por
69 unanimidade, ficando os atuais mandatos de presidente e vice-presidente,
70 prorrogado até a data da 21ª Reunião Ordinária. Zezinho do Prado solicitou
71 confirmação da data da 21ª Reunião Ordinária, e a secretária-executiva, Samanda
72 Alves, informou que seria no dia 16 de maio. Léo Mendes solicitou a realização de
73 Reunião Extraordinária no dia 23 de abril, com o ponto de pauta exclusivo a eleição
74 da Mesa Diretora. Gustavo Bernardes informou que levaria o pleito para a avaliação
75 junto à Secretaria de Gestão em razão do custeio das passagens e diárias. **2)**
76 **Informes da Mesa Diretora, das Conselheiras e dos Conselheiros.** Keila
77 Simpson deu informou que havia representando o CNCD-LGBT em Audiência
78 pública realizada na Câmara vereadores de Vitória/ES, sobre a aprovação do Projeto
79 de Lei de autoria do vereador Marcelão (PT) que instituiu o “Dia Municipal Contra a
80 Homofobia”, a ser comemorado anualmente no dia 12 de março; Irina Bacci informou
81 sobre: os recentes investimentos realizados no Módulo LGBT do Disque 100 em
82 atendimento a demanda apresentada pelo CNCD-LGBT; a campanha temática que
83 vem sendo realizada com as atendentes; atividade realizada no dia 29 de janeiro de
84 2014 em parceria com a SDH, a SPM e representantes do movimento Tras do DF
85 voltada à formação das tele atendentes do Disque 100, que no dia 31 de março de
86 2014 as conselheiras Cris Stefanny, Keila Simpson, Marina Reidel e a gestora
87 Symmy Larrat visitaram a Central de Atendimento do Dique 100 e conversam com
88 as tele atendentes sobre problemas relatados pela população trans no momento das
89 denúncias, que as conselheiras representantes da ANTRA se colocaram a
90 disposição para trabalharem uma madrugada no atendimento as demandas do
91 Disque 100 no intuito de ajudar na formação das tele atendentes. Irina sugeriu: que

92 o CNCD-LGBT construa um Glossário com termos e conceitos referentes à
93 população LGBT, a inclusão da revisão do Fluxo do recebimento e encaminhamento
94 das denúncias do módulo LGBT do Disque 100 na pauta da Câmara Técnica
95 Permanente de Monitoramento, Prevenção e Combate da violência contra a
96 população LGBT. Marina Reidel: complementou o informe da conselheira Irina Bacci,
97 ressaltando a importância da visita realizada e da necessidade de agendar o
98 trabalho durante a madrugada, informou que no período de 7 a 9 de maio de 2014
99 acontecerá o VII Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e
100 de Gênero da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura: Práticas,
101 pedagogias e políticas públicas, no município de Rio Grande/RS, ratificou o convite
102 para uma representação do CNCD-LGBT na Mesa de Abertura do Congresso. Gil
103 Santos: informou sobre a realização Fórum Mundial de Educação Popular
104 (FREPOP) no período de 22 a 26 de julho, onde ele participará de uma Roda de
105 Conversa sobre Direitos Humanos e LGBT. O conselheiro solicitou apoio do CNCD-
106 LGBT para o custeio de suas passagens e diárias, e o presidente informou da
107 necessidade de formalização da demanda. Jovanna Cardoso: solicitou manifestação
108 do CNCD-LGBT em relação ao veto do governador do estado do Piauí, senhor
109 Wilson Martins (PSB), aos incisos I e IV do art. 2º do Projeto de Lei no 127/2013, de
110 autoria do deputado Fábio Novo (PT), que Dispõe sobre a proibição da
111 discriminação às pessoas que convivem com o vírus HIV ou às pessoas com AIDS e
112 dá outras providências, que considera discriminação: “I – exigir sorologia para HIV
113 como requisito para inscrição em concurso ou seleção para ingresso no serviço
114 público estadual; (...) IV – impedir o ingresso ou a permanência no serviço público
115 de pessoa com suspeita ou diagnóstico confirmado de sorologia para HIV, em razão
116 desta condição”. Os conselheiros Vinícius Alves e Janaina Oliveira se
117 responsabilizaram pela construção da minuta de Nota Pública, que foi aprovada no
118 início da tarde. Vinícius Alves: informou que estava em Brasília para no dia seguinte
119 participar da reunião do Grupo de Trabalho formado pelos conselheiros jovens do
120 CNCD e conselheiros LGBT do CONJUVE constituído para discutir o Enfrentamento
121 à Violência Contra Jovens LGBT. O conselheiro passou informes sobre a reunião do
122 referido GT ocorrida no mês de março, em São Paulo. Cris Stefanny – ressaltou da
123 importância das campanhas envolvendo pessoas travestis e transexuais, mas
124 chamou a atenção para o pouco diálogo com o movimento na construção de
125 campanhas passadas, deixando de contemplar demandas do Movimento. Liorcino
126 Mendes: falou sobre o atraso em relação à aprovação do II Plano Nacional LGBT. O
127 conselheiro informou que a Câmara Técnica que ele preside, e que tem nas suas

128 atribuições o monitoramento do Plano, havia pactuado na última reunião do Pleno
129 que os seus membros ficariam uma semana em Brasília construindo a atualização
130 do Plano, para ser entregue a ministra, e que a pedido do conselheiro Carlos Magno,
131 em razão da troca de ministra na SDH, as atividades que estavam previstas para
132 acontecerem no período de 24 a 28 de março, foi adiada. O conselheiro solicitou à
133 Mesa Diretora que encaminhasse um pedido de reunião com a ministra Ideli Salvatti,
134 sobre a atualização do Plano. O conselheiro solicitou ainda que a SDH fizesse
135 conversar preliminares com outros ministério, no intuito de agilizar o processo. O
136 conselheiro ressaltou ainda a necessidade de aprovação do Plano no mês de abril
137 de 2014. Vinicius Alves: justificou o pedido de adiamento apresentado pelo
138 conselheiro Carlos magno, em relação às atividades da CTP do Plano. O
139 conselheiro informou da existência de um esforço da atualização o Plano e ressaltou
140 que o lançamento do plano não havia ocorrido em razão de uma questão política. O
141 conselheiro falou do aceno do Governo para a construção de um Plano de
142 Enfrentamento à Violência contra LGBT, lembrando que a gestão anterior do CNCD-
143 LGBT havia iniciado o debate sobre um Plano Emergencial de Enfrentamento à
144 Violência contra a População LGBT. O conselheiro finalizou seu informe,
145 defendendo que a CTP se debruce sobre essa proposta de Plano. Gustavo
146 Bernardes interferiu lembrando que o assunto não estava em discussão, que era
147 momento para informes. Léo Mendes: informou que a proposta em discussão era
148 sobre a revisão das ações, prioridade, prazos e metas do Plano Nacional de
149 Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais,
150 Travestis e Transexuais – PNLGBT, uma atribuição do CNCD-LGBT, de acordo com
151 o inciso II do Art. 2 do Decreto 7.388/2010. Alexandre Bortolini: informou que MEC
152 respondeu um ofício da ANTRA questionando o uso do nome social no ENEM. O
153 conselheiro sugeriu a inclusão deste item na pauta da 21ª Reunião Ordinária do
154 CNCD-LGBT e que o INEP fosse convidado para essa discussão. Gil Santos:
155 chamou a atenção dos presentes para que a pauta dos homens trans fosse
156 contemplada nesse debate; Lucas de Alencar: informou que estava na pauta da
157 Comissão da Diversidade Sexual da OAB a avaliação do parecer sobre o uso do
158 nome social em todas as seccionais da OAB, atendendo a provocação realizada
159 pela OAB/SP. Segundo o conselheiro, a expectativa é da avaliação desta pauta no
160 Pleno da Ordem, ainda em 2014. Lucas Alencar informou que a Comissão da
161 Diversidade Sexual da OAB havia entrado com representação contra o deputado
162 Luiz Heinz. Roselaine Silva: informou que durante o Fórum Mundial de Direitos
163 Humanos ocorrido em dezembro de 2013, algumas redes iniciaram uma discussão

164 sobre a realização do Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais
165 (SENALE), e que hoje existe um grupo no Facebook com mais de 800 mulheres
166 dispostas a construir a atividade, que será realizada no período de 29/05 a
167 01/06/14, em Porto Alegre/RS, em parceria com Secretaria de Políticas para as
168 Mulheres do Estado, que se responsabilizou pela infraestrutura. Roselaine informou
169 que o evento conta com a hospedagem e alimentação para 250 mulheres garantida.
170 Roselaine Dias ressaltou que o SENALE é um espaço importante do ponto de vista
171 político-pedagógico para a construção das militâncias e das pautas das mulheres
172 lésbicas do Brasil, que é a instância em que qualquer mulher lésbica, auto
173 identificada, e que tenha alguma construção de participação em qualquer espaço
174 social no Brasil, vai referendar como espaço de orientação da sua caminhada. A
175 conselheira finalizou colocando a importância do apoio das redes representadas no
176 Conselho ao evento, e formalizou à Mesa Diretora do CNCD-LGBT, convite para as
177 conselheiras e a secretária-executiva do Conselho. Gustavo Bernardes: leu a
178 proposta de Nota Pública do CNCD-LGBT em defesa do relatório do deputado
179 Ângelo Vanhoni ao Plano Nacional de Educação (PNE). Após defesa do Conselheiro
180 Léo Mendes de que a manifestação do CNCD-LGBT fosse por meio de Moção, o
181 conselheiro Alexandre Bortoline sugeriu a inclusão de referência às Diretrizes
182 Nacionais para a Educação em Direitos Humanos aprovada pelo Conselho Nacional
183 de Educação. O conselheiro Alexandre foi designado para fazer as alterações
184 sugeridas na nota e em seguida submeter o texto ao Pleno do Conselho. **3)**
185 **Informes da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e da**
186 **Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT** – em razão das discussões sobre
187 o processo eleitoral da Mesa Diretora do CNCD-LGBT, este item de pauta foi
188 encaminhado para 21ª Reunião Ordinária. **4) ANÁLISE DE CONJUNTURA: Política**
189 **internacional na área da promoção dos direitos de pessoas LGBT**. Convidado:
190 Ministro Alexandre Peña Ghisleni, diretor do Departamento de Direitos Humanos e
191 Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores (MRE). O Ministro saudou os
192 presentes e informou que havia tomado posse recentemente no cargo de diretor do
193 Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações
194 Exteriores, que ainda estava em processo de familiarização, mas fez questão de se
195 apresentar junto ao Conselho Nacional de Combate à Discriminação, e desejou que
196 aquela não fosse a única oportunidade de contato, ressaltando o desejo de
197 estabelecer uma relação de trabalho mais contínua e intensa com o Conselho. O
198 ministro Ghisleni colocou que mais do que as realizações sobre do MRE sobre a
199 pauta, gostaria de conversar sobre o contexto internacional que estamos vivendo, no

200 que se refere a promoção dos direitos de LGBT e afirmou este tema continua vivo na
201 agenda externa brasileira, informou que na durante sessão do Conselho de Direitos
202 Humanos da ONU ocorrida na sexta-feira, 28 de março, o Brasil tomou a palavra
203 para defender os direitos de LGBT. O ministro informou que o Brasil está se
204 preparando para a Assembleia Geral da OEA, para lutar pela aprovação de uma
205 nova resolução na área de direitos de LGBT, além do esforço para a ratificação da
206 convenção sobre todas as formas de discriminação, da OEA, assinada pelo Brasil
207 em junho de 2013. O Ministro voltou a afirmar que mais importante de que o quê
208 está sendo feito, é a compressão do quadro em que se encontra o campo
209 internacional, para entender como seguir adiante. O Brasil seguirá adiante com a
210 pauta, isto está dado, agora é necessário saber entender o contexto para saber
211 “como” conseguir progresso nos próximos meses e anos. A pauta LGBT hoje vem
212 surgindo com um foco na População e Desenvolvimento, que é uma área em foram
213 incorporados todos os direitos relativos à dinâmica populacional, e isso incluiu
214 direitos reprodutivos, mas sobre tudo, direitos sexuais, e neste contexto está incluído
215 a questão dos LGBT, com destaque. Na próxima semana haverá uma Reunião da
216 População em Desenvolvimento das Nações Unidas, em que vai se comemorar o
217 20º aniversário da Conferência do Cairo, onde será discutida a questão dos direitos
218 sexuais, e a oposição que tem sido feita a posição defendida pelo Brasil de
219 reconhecimento dos direitos sexuais, e da América Latina exceto do Caribe, mas
220 existe um enfrentamento no âmbito multilateral e crescentemente um refluxo
221 conservador, que é uma reação de vários países, sobretudo da África, ao
222 reconhecimento desta agenda. Eles têm defendido que os Direitos Sexuais são uma
223 imposição de valores do ocidente, e este é o discurso que está por trás de todos os
224 fatos que temos encontrado recentemente em desdobramentos na África e na
225 Rússia. Esse quadro não altera a posição do Brasil, mas o coloca em posição de
226 trabalhar pelas questões LGBT de maneira que viabilize novas conquistas no médio
227 e longo prazo. Não nos esquecendo que essa é uma luta que não é de curto prazo e
228 é desse ponto de vista que o Brasil está trabalhando para aumentar a base de apoio,
229 a fim de evidenciar que não se trata de uma imposição de valores do ocidente, e
230 necessário não permitir que se consolide esse entendimento de que é um imposição
231 de valores. O enfoque de confrontação não é o melhor, e sim mostrar para outros
232 países dessa região, que a defesa dos direitos sexuais, a defesa dos direitos de
233 LGBT, não é uma imposição de cultura de ninguém, é um atendimento de
234 necessidade de parcela da população de todos estes países, que é de interesse
235 deles. 5) **APRESENTAÇÃO: Teia da Diversidade 2014 – Ministério da Cultura.**

236 Apresentação: Debora Lobo, Coordenação de Cooperação e Articulação do
237 Ministério da Cultura. Débora apresentou arquivo do power point com detalhes sobre
238 a Teia da Diversidade 2014, que será realizada em Natal/RN, de 19 a 24 de maio de
239 2014, sendo que nos dias 19 e 20, acontecerá o Fórum de Pontos de Cultura, e no
240 período de 21 a 24, o Fórum da Diversidade. O evento tem como objetivo consolidar
241 o Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural - Cultura
242 Viva (PCV) como o programa de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura, e
243 contará com mais de 2000 participantes de todos os estados brasileiros. Após
244 informar sobre os editais referentes à Teia, Debora convidou o CNCD/LGBT para
245 inscrever atividades no Fórum da Diversidade, e colocou da disponibilidade do MinC
246 custear a alimentação e hospedagem de três conselheiros representantes da
247 Sociedade Civil. **INTERVALO PARA O ALMOÇO.** Gustavo Bernardes retomou a
248 reunião com a leitura da Proposta de Nota Pública do CNCD/LGBT em repúdio ao
249 veto do governador do estado do Piauí, senhor Wilson Martins (PSB), aos incisos I e
250 IV do art. 2º do Projeto de Lei no 127/2013. O texto que foi construído pelos
251 conselheiros Vinícius Alves, Janaina Oliveira e Jovanna Cardoso, foi aprovado por
252 unanimidade. O presidente fez a leitura da proposta de Moção de Apoio sobre o
253 PNE. Léo Mendes: Sugeriu a retirada da palavra “Constituição Federal”, por “todas
254 as famílias legais, reconhecidas pelo Supremo Tribunal Federal”. Gustavo
255 Bernardes: informou que pensou em citar o STF, mas preferiu colocar “Constituição
256 Federal” que reconhece a todas as organizações familiares inclusive aquelas
257 famílias formadas por avós, por tios, não só as famílias homem e mulher. Irina Bacci:
258 sugeriu que fossem inseridos os dois termos. Lucas Alencar: falou que a proposta de
259 retirada de questões de gênero e orientação do texto do PNE, estava sendo feita
260 com o mesmo fundamento que foi usado pra travar o PLC 122, alegando que a
261 discussão a respeito de gênero e diversidade sexual seria uma discussão ideológica,
262 sem base em direitos. Gustavo Bernardes submeteu a aprovação do texto com as
263 alterações sugeridas, que foi aprovado por unanimidade. **6) APRESENTAÇÃO:**
264 **Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.** Apresentação: Sra.
265 Laís Lopes – Assessora Especial da Secretaria-Geral da Presidência da República.
266 Laís Lopes: *“Primeiro cumprimentar, agradecer a convocação, não é a primeira vez
267 que eu venho aqui nesse pleno para tratar do tema do marco regulatório das
268 organizações da sociedade civil, por isso até dessa vez me absteve de trazer
269 qualquer power-point ou qualquer coisa parecida para que a gente possa conversar.
270 Parto de onde a gente esteve já anteriormente, para atualizar vocês do que está
271 acontecendo, para que posteriormente também a gente abra um dialogo ai e discuta*

272 os processos que nesse momento estão em andamento. Eu estou pressupondo que
273 a maioria de vocês conhecem um pouco a história do trabalho do Marco Regulatório
274 das Organizações da Sociedade Civil, se não for isso eu posso voltar e tentar
275 resumir o processo desde de 2011 até aqui, como é isso para vocês? Em 2010 um
276 grupo de Organizações representativas da Sociedade Civil procurou os candidatos a
277 Presidência da República, para justamente trabalhar o aperfeiçoamento das
278 legislações referentes às parcerias entre o Estado e as Organizações da Sociedade
279 Civil, e que desse conta também de fortalecer e valorizar as Entidades. Esse
280 trabalho do governo foi estruturado sob a coordenação da Secretaria-Geral da
281 Presidência da República em 2011, e contou com participação interministerial, não
282 só dentro de um grupo de trabalho formalmente constituído no final de 2011, como
283 também com diversas reuniões bilaterais e contribuições dos outros Ministérios, e
284 inclusive da Secretaria de Direitos Humanos, que aperfeiçoaram tanto o diagnóstico
285 quanto os produtos desse grupo de trabalho. Notadamente o Grupo de Trabalho
286 chegou à conclusão de que os convênios, que hoje é a modalidade que se
287 estabelece para repasse de recursos públicos entre os estados e as organizações
288 da sociedade civil, quando aplicado para as entidades privadas sem fins lucrativos
289 gera uma série de problemas, de analogias indevidas, de comparação das
290 organizações com prefeituras, que a legislação não faz a adjetivação das
291 especificidades das entidades privadas sem fins lucrativos do jeito que deveria.
292 Então se chegou à conclusão que a modalidade convênio não mais pode ser
293 utilizada para essa relação, e precisa ser substituída por um outro instrumento. O
294 grupo de trabalho desceu nos detalhes, desenhou uma minuta que está comentada,
295 tem ela disponível no site da Secretaria Geral, que subsidiou os debates no
296 Congresso. O congresso já faz alguns anos que debate isso, é fruto das próprias
297 comissões parlamentares de inquérito, a gente teve duas CPIs da ONGs durante
298 todo o governo Lula, uma começou em 2002 outra começou em 2006, e em cada
299 CPI gerava também um processo legislativo. Em suma, o que aconteceu nesse
300 último mandato, o Senador Aloysio Nunes (PSDB/SP) fez um Projeto de Lei que
301 ainda trabalhava na lógica de convênios, mas que era específico entre estados e
302 organizações da sociedade civil, o 649/2011. Esse Projeto de Lei recebeu na
303 relatoria do Senador Rodrigo Rollemberg (PSB/DF), uma série de contribuições da
304 sociedade civil, do governo, passou por audiências públicas e hoje ele traz todas as
305 teses que o grupo de trabalho trabalhou, traz a ideia de ter um termo de fomento,
306 termo de colaboração para a execução de políticas públicas, fomento para
307 atividades de interesse público, iniciativas da própria organização, o chamamento

308 *publico como regra obrigatória, o reconhecimento da possibilidade de pagamento da*
309 *equipe de trabalho, prestação de contas estratificada, enfim, uma serie de elementos*
310 *que foram as teses trabalhadas nesse grupo. Esse projeto de lei ele foi aprovado no*
311 *Senado Federal no ano passado, então para a agenda do Marco Regulatório foi uma*
312 *grande vitória, ele passou por todas as Comissões desde que o Senador apresentou*
313 *o substitutivo em dezembro de 2013 e hoje ele está na Câmara dos Deputados.*
314 *Quando ele chegou na Câmara dos Deputados, foi apensado a um outro Projeto de*
315 *Lei que já tinha uma tramitação avançada, que é o 3877/2004. Então hoje o Projeto*
316 *de Lei só tem dois passos dentro da Câmara dos Deputados. A CCJ da Câmara dos*
317 *Deputados, onde ele está hoje. e tem o próximo passo que vai ser o Plenário. Então*
318 *a gente trabalha ainda com a expectativa, com a possibilidade, que esse projeto seja*
319 *aprovado ainda esse ano, antes da copa, se ele passar incólume. Se ele não tiver*
320 *alterações na Câmara dos Deputados, ele vai direto para a sanção presidencial.*
321 *Todo Processo Legislativo como esse, nunca é o projeto ideal, nunca é o projeto que*
322 *a gente, enfim, se fosse reescrever reescreveria dessa forma ou de outra, mas ele*
323 *atende potencialmente tanto as discussões da sociedade civil quanto do Governo, e*
324 *ele ao trazer todas as teses ali colocadas, e muitas das redações conforme o grupo*
325 *de trabalho desenhou, ele traz um arcabouço para uma relação entre Estado e*
326 *sociedade. Nesse sentido, a gente tem uma expectativa de que agora em abril a*
327 *CCJ vote o projeto na comissão, e que ele vá para ao Plenário, que hoje está*
328 *destrancado depois do Marco Civil da Internet. E depois das outras pautas*
329 *prioritárias que foram votadas, que a agente consiga até o final de maio conquistar*
330 *isso dentro da Câmara. No final de maio, de 21 a 23 de maio a gente vai fazer um*
331 *Seminário. No começo, lá em 2011, a agente fez um seminário que inspirou a*
332 *elaboração de um plano de ação para trabalhar essa agenda. Agora em 2014, a*
333 *gente faz um Seminário que justamente faz o balanço dessa agenda e pactua os*
334 *desafios remanescentes. Tem muita coisa que vai ficar realmente, para continuar em*
335 *discussão, continuar a ser debatida a pauta de sustentabilidade, a pauta de*
336 *financiamento precisa avançar mais, tem vários desafios que a gente reconhece,*
337 *precisa posicionar até onde a gente foi e ter uma visão conjunta de pra onde*
338 *devemos rumar essa agenda daqui para a frente. A expectativa é que até lá, até*
339 *maio a gente tenha novidades também na tramitação legislativa na Câmara dos*
340 *Deputados, por isso eu fiz questão de atender o convite aqui do conselho. A*
341 *mobilização de vocês é importante, enfim, eventualmente com moções de apoio ou*
342 *com conversas com os parlamentares, quando essa mobilização chegar no plenário.*
343 *A ABONG, que é a Associação de Brasileira de Organizações não Governamentais,*

344 *acabou de construir também uma cartilha que diz os principais pontos que o Projeto*
345 *tem, do que ele muda em relação à realidade atual. Na página da Secretaria-Geral*
346 *da Presidência, tem diversas informações, inclusive uma pagina no facebook sobre o*
347 *marco regulatório que chama Marco Regulatório das Organizações da Sociedade*
348 *Civil*. Gustavo Bernardes: perguntou à assessora Laís Lopes informações sobre o
349 Termo de Fomento e o Termo de Colaboração citados seriam outros instrumentos
350 fora os Convênios, para formalizar o apoio do Governo para as organizações da
351 sociedade civil. Gustavo Bernardes abriu inscrições para perguntas e comentários.
352 Léo Mendes: relatou as dificuldades enfrentadas atualmente por Organizações da
353 Sociedade Civil Organizadas, no que se refere a prestação de contas de convênio
354 com o Governo. Laís Lopes: reconheceu as dificuldades relatadas pelo conselheiro
355 Léo Mendes, e apresentou ações da Secretaria-Geral na tentativa de minimizar
356 esses problemas. Marina Reidel: informou que o PROEX está aberto até o dia 28 de
357 abril, para a gestão de 2015. **7) DEBATE: Violência Contra Juventude Negra**
358 **LGBT**. Convidados: Sr. Felipe Freitas, Coordenador do Plano Juventude Viva pela
359 SEPPIR; Larissa Borges, Articuladora do Plano Nacional de Juventude pela
360 Secretaria Nacional de Juventude – SNJ. Felipe Freitas: *“Boa tarde a todas e a*
361 *todos, queria agradecer ao convite, de partida eu acho que esse é para nós muito*
362 *mais um espaço de aprender juntos sobre o nosso próprio fazer, sobre os desafios*
363 *que estão colocados para o Governo Federal, ai eu falo não só em meu nome, em*
364 *nome da SEPPIR, mas certamente em nome dos 11 ministérios que integram o*
365 *Juventude Viva, dentre eles a SDH. É uma oportunidade da gente aprender sobre*
366 *como é que a gente pensa a diversidade no país, sobre como é que a gente pensa o*
367 *enfrentamento ao preconceito e as discriminações, numa agenda de eliminação da*
368 *violência, de superação da violência, de construção de uma sociedade com direito a*
369 *vida segura. É embaixo desse guarda-chuva que a gente se localiza, da luta pela*
370 *garantia da vida segura e da luta contra os preconceitos e contra as discriminações.*
371 *Meu nome é Felipe Freitas, conforme o Gustavo me apresentou. Sou coordenador*
372 *do Plano Juventude Viva pela SEPPIR, vocês conhecem da SEPPIR, o Rodrigo, a*
373 *lalê e o Marcos Willian que não está aqui agora, mas são as três pessoas da*
374 *SEPPIR que acompanham essa agenda mais de perto, e o plano Juventude Viva é*
375 *coordenado por nós da SEPPIR em parceria com o Conselho Nacional de*
376 *Juventude, além da gente existem outros nove ministérios dentre eles a SDH. O*
377 *Juventude Viva ele é uma estratégia do governo federal, e que não é Fórum de*
378 *direito e cidadania, que é aquele Fórum que foi constituído pela presidenta Dilma no*
379 *começo do governo, reunindo um conjunto de ministérios para debater temas que*

380 eram centrais de cada eixo do governo, e a questão da violência contra a juventude
381 negra foi apontada como uma das principais aspectos dentro daquele fórum, se
382 somou a um conjunto de iniciativas e esforços da sociedade civil brasileira, em
383 particular dos movimentos de juventude negra, para agendar esse tema do
384 enfrentamento à violência, do enfrentamento ao genocídio da juventude negra, como
385 um movimento muito bem descrito ao longo dos anos, a partir desse esforço, ou
386 seja, com o esforço de responder a esse que é um dos maiores problemas da
387 democracia no país, e aí eu estou me referindo aqui ao problema da violência em
388 geral, e ao problema da violência contra determinados seguimentos da população,
389 os negros e negras de modo particular. Mas a gente poderia falar também da
390 violência contra a mulher, da violência contra as pessoas LGBT, enfim, contra um
391 conjunto de pessoas que são vítimas de discriminações, e aí tem uma associação
392 profunda entre discriminação, preconceito, estigmatização e violência. Então esse
393 uma tríade, uma articulação que precisa ser olhada e debatida por nós, e o Plano de
394 Juventude Viva, ele ataca, enfrenta, um desses aspectos da violência, que é a
395 violência contra a juventude negra. A gente tem um conjunto de dados que revelam
396 que a juventude, das 50 mil pessoas que morrem no país por ano, a população
397 juvenil negra morre três vezes mais. Esse é um dado absolutamente escandaloso,
398 os homens representam quase a totalidade das mortes por causas externas no país,
399 mais de 90% das pessoas que são mortas por causas externas no país, são
400 homens, e esse fenômeno, ele está em um certo sentido ,concentrado
401 territorialmente em 142 cidades do país, correspondem a 70% dos homicídios
402 praticados no Brasil. É um fenômeno interessante, quer dizer, perturbador, não é
403 interessante, é o fenômeno de que a gente tem uma diminuição do número de
404 mortes de pessoas brancas ao longo dos últimos 10 anos e o aumento do número
405 de mortes de pessoas negras ao longo dos últimos 10 anos. É a gente constatar que
406 o estado brasileiro só tem conseguido garantir o direito a vida segura para a minoria
407 da população, a maioria, que são as pessoas negras, não são protegidas pelo
408 estado brasileiro, muito pelo contrário, são vítimas do estado brasileiro, muitas das
409 vezes pela violência policial, pela violência do sistema de justiça, pela violência da
410 não prestação de serviços públicos, e pelo caso específico da agenda que a gente
411 opera, pelo racismo institucional, que é um elemento vitimizador, que amplia a
412 assimetria e desigualdades no país. Então diante desse desafio, o governo articulou
413 uma resposta que nós chamamos de Juventude Viva, que é o plano de prevenção à
414 violência contra juventude negra no país. Esse plano se baseia em algumas
415 premissas, e a primeira delas é essa que eu já disse, de concentrar suas ações em

416 142 municípios que representa 70% dos homicídios. Segundo, a premissa de que a
417 gente no âmbito da nossa ação política do plano Juventude Viva, reduzir
418 vulnerabilidades porque a morte de um jovem negro ela é a última violência de uma
419 série que já foi praticada contra aquelas pessoas. Quando a gente olha os
420 indicadores das mortes violentas no país, a gente vê que os jovens que morrem é
421 geralmente os jovens que já tiveram ao longo das suas vidas um conjunto de direitos
422 negados, e que tiveram a sua experiência marcada pela discriminação, pelo
423 preconceito, pelo racismo. É desse tipo de fenômeno que a gente está falando,
424 quando a gente olha para o fenômeno da violência contra a juventude negra no país,
425 em particular o fenômeno da violência letal, e aí a gente articulou um Plano que
426 reúne 11 ministérios em 4 grandes eixos. O 1º eixo, que é o da desconstrução da
427 cultura de violência, ou seja, a gente reconhece, a agente debateu muito isso na
428 montagem do plano, que a violência na sociedade Brasileira, não só contra a
429 juventude negra, mais em particular em relação a ela, se lastreia num discurso de
430 legitimação da violência na sociedade, e legitimação da resolução de conflitos de
431 forma violenta, essa é uma premissa em torno da qual a violência se perpetua. Mas
432 a gente podia falar da legitimação da violência contra a juventude trans, da
433 legitimação da violência contra as mulheres, e em particular contra jovens mulheres,
434 contra as lésbicas, gays, bissexuais, enfim, contra o conjunto das discriminações. A
435 gente tem aqui a violência se reinventando em relação a todos aqueles e aquelas
436 que fogem do padrão heteronormativo, sexista, racista, que se institui como
437 organizador da sociedade brasileira. Então o 1º eixo é nesse campo da
438 desconstrução da cultura de violência. O segundo eixo, é o da garantia de direitos e
439 oportunidades, ou seja, a gente entende que é como eu já disse, a falta de
440 oportunidades e não garantia de direitos, ou seja, a exclusão social, ela é um
441 elemento que influencia na vulnerabilidade desse sujeito. Então a agente precisa
442 garantir direitos para essas pessoas. Então a gente tenta organizar um conjunto de
443 ações que qualifique os programas que a gente já tem, para que eles possam ser
444 mais do que programas de repetição, mas programas que enfrentem o racismo, que
445 identifiquem o racismo como estruturante da desigualdade no país. O terceiro eixo,
446 que é o da transformação dos territórios, ou seja, a gente compreender também que
447 a vulnerabilidade dos territórios, a precariedade da prestação de serviços e
448 equipamentos públicos nos territórios, ela também é determinante na condição de
449 vulnerabilidade dessas pessoas, e por último, o eixo do aperfeiçoamento
450 institucional, ou seja, a gente olhar para o fenômeno e perceber que as nossas
451 instituições, as vezes, ao invés de enfrentarem a discriminação, enfrentarem o

452 *preconceito, enfrentarem o racismo, elas aprofundam o racismo, elas reproduzem*
453 *om racismo a partir das suas próprias estruturas. Então esses são os 4 eixos do*
454 *plano: desconstrução da cultura de violência, garantia de direitos e oportunidades,*
455 *transformação dos territórios e aperfeiçoamento institucional. Vamos ver o que a*
456 *gente tem aqui na apresentação. O Plano ele foi lançado em Alagoas, e após o*
457 *lançamento em Alagoas, nos municípios de Arapiraca, Maceió, Marechal Deodoro e*
458 *Palmares. Ele foi lançado também na Paraíba, no Distrito Federal e região de*
459 *desenvolvimento integrada do entorno, que são essas cidades que estão no Goiás*
460 *mas que compõe esse macro território de desenvolvimento estratégico. No município*
461 *de São Paulo e Osasco, na Bahia, começando pela região metropolitana de*
462 *Salvador, e houveram vários pedidos de adesão voluntaria, ou seja, aqueles*
463 *municípios que não estão na nossa lista de pactuação inicial, mas que demandaram.*
464 *Porque esses municípios, estados e não outro? A gente começou por aqueles que*
465 *apresentavam os maiores índices de violência contra a juventude negra, e que ao*
466 *lado disso, tinham também a vontade, a determinação política, condição política da*
467 *gente lançar, por isso que a gente começou por esses lugares que estão ai. O Plano*
468 *inicialmente foi lançado nesses estados a partir de uma pactuação do governo do*
469 *estado e dos governos municipais com o governo federal, e a ideia é que ele tenha*
470 *em cada território um comitê gestor local. Isso é uma coisa muito importante, que ele*
471 *não seja só a coordenação federal que a gente tem aqui, que a SDH participa*
472 *inclusive, mas que ele seja também um espaço, que ele tenha também uma*
473 *governança local, nos comitês municipais e estaduais do plano. A agente acha que*
474 *essa agenda para dentro do governo ela está se constituindo ainda, é muito difícil, e*
475 *aqui seria redundante qualquer coisa que a gente fosse dizer com relação a isso*
476 *porque se tem algum lugar em que as pessoa entendem do que é instituir uma*
477 *agenda, é nessas agendas que estão aqui na SDH. Então tipo assim, estamos no*
478 *mesmo lugar literalmente, porque efetivamente a pauta LGBT no governo, assim*
479 *como a pauta das mulheres, a pauta do enfrentamento ao racismo, são pautas que*
480 *comemoram a sua própria afirmação, ou seja, na medida que a gente começa*
481 *afirmar essa pauta e vê essa pauta sendo incorporada pelos governos, a gente vai*
482 *criando condições de debater a política, porque diferentemente de outros campos*
483 *como a educação, saúde, trabalho, em que a pauta parece obvia, aqui a pauta não*
484 *está obvia, aqui a gente tem que reafirmar o obvio, porque o obvio não é*
485 *reconhecido como tal em uma sociedade que discrimina como a nossa, então, nesse*
486 *sentido, a agente tem algumas coisas importantes do Plano, 3 em particular que a*
487 *gente acha que são muito significativas. Primeiro a fala da presidenta Dilma durante*

488 a sanção do estatuto de juventude, de que foi um momento de reafirmação do plano
489 como uma estratégia importante, e a questão da violência contra a juventude negra
490 como uma questão preocupante do país. Segundo, a pressão que os movimentos
491 negro e de juventude fizeram naquele momento para poder reafirmar o Juventude
492 Viva como uma bandeira importante de ser fortalecida, e terceiro, a fala da
493 presidenta na abertura da 3ª Conferencia da Igualdade Racial, onde ela reafirmou a
494 questão da violência da juventude negra como um problema sério, da sociedade
495 brasileira. Tem aqui o slide sobre a articulação do Juventude Viva, que vou deixar a
496 Larissa que chegou, cumprimenta-la aqui, apresentar. Tem a mobilização que
497 inclusive eu sei que ontem algumas pessoas, todas e todos aqui aderem, algumas
498 pessoas mandaram fotos para essa companha que é a campanha pela a provação
499 do Projeto de Lei 4471, que extingue os autos de resistência, que é uma coisa que
500 tem profunda relação inclusive com essa agenda aqui, porque diz respeito a gente
501 criar uma norma que fixe como tem que ser a abordagem policial, isso é um
502 problema do Brasil. O Brasil não tem padrões de abordagem policial, isso é um
503 problema do mundo na verdade, o mundo tem sérios problemas referentes a
504 construção de um padrão de abordagem policial, que respeite os direitos humanos,
505 que respeite a integridade e a vida das pessoas, mas no Brasil esse problema, que é
506 um problema do mundo, se torna ainda mais escandaloso na medida em que os
507 poucos parâmetros que nós temos ainda são muito defasados, e aí essa reforma no
508 Código de Processo Penal pode representar um conquista importante a ser
509 celebrada na próxima semana parcialmente, com a aprovação na Câmara dos
510 Deputados. Isso é com que a gente está trabalhando, isso é uma ação estratégica
511 do Juventude Viva, que eu acho que pode trazer resultados positivos em outros
512 campos, para além daquele com o qual a gente está dialogando. Outra coisa é o
513 protocolo para redução de barreiras de acesso à justiça pra a juventude negra em
514 situação de violência. Diante do diagnóstico sobre a vitimização da juventude negra
515 nos mais variados espaços, nas mais variadas formas de violência na sociedade
516 brasileira, e que há uma serie de barreiras para o acesso à justiça desses jovens, a
517 gente firmou uma pactuação com o sistema de justiça do Ministério Publico,
518 Conselho Nacional de Justiça, OAB e Conselho Nacional de Defensores Públicos,
519 para que a gente estabeleça ações especificas que aprimorem o Sistema de Justiça
520 com ações com: incluir na formação dos policiais a questão dos direitos humanos de
521 forma geral, a questão especifica referente à juventude negra na pauta da formação
522 desses profissionais. Todo o desafio do que a gente está chamando de formação
523 para a diversidade, para direitos humanos no âmbito da formação desses

524 profissionais que a gente considera que são ações estratégicas, que dialogam
525 inclusive com as parcerias que nós já temos com a SDH no plano Juventude Viva,
526 que diz respeito à incorporação e educação em direitos humanos na discussão do
527 enfrentamento à violência contida no Juventude Viva. A perspectiva de que a gente
528 tem um desafio de desenvolver com a campanha Juventude Viva, dialogando com a
529 rede de entidades e organizações que integram essa grande força tarefa em defesa
530 da vida e da juventude, a gente incluir essa perspectiva da prevenção à violência
531 nas nossas capacitações, isso tudo está em dialogo com esse protocolo com o
532 sistema de justiça. Outra coisa são as oficinas de identificação e abordagem ao
533 racismo institucional. São 85 oficinas que a gente vai fazer nos estados prioritários,
534 com gestores municipais e estaduais, na perspectiva de identificação e abordagem
535 ao racismo institucional e de montagem de estratégias para enfrentamento a esse
536 problema nos territórios. e uma outra ação que a gente acha também mais
537 estruturante, é a construção de um sistema de monitoramento que permita para a
538 gente olhar para o seguinte e dizer assim: o plano ele não vai construir resultados,
539 tipo assim, a gente começa a fazer o plano funcionar como a gente começou em
540 2012 e no ano seguinte a gente tem a redução no numero de mortes. Isso não é
541 possível porque nenhuma ação que a gente faça vai ser possível. a gente pode ter
542 aumento do numero de prisões de agressores, mas não vai ter redução no numero
543 de mortes, mas a gente precisa ter instrumentos que consigam medir como a ação
544 que a gente faz no âmbito da redução da vulnerabilidade, do enfrentamento a
545 exclusão, da garantia de direitos a oportunidade, pode impactar a médio e longo
546 prazo na questão de redução dos homicídios. Essa é uma questão muito importante
547 que o sistema de monitoramento tem tentado produzir, tem tentado fazer. Agora
548 essa é uma apresentação rápida para a gente poder aproveitar e privilegiar o
549 debate, mas isso é o que a gente construiu até agora. Mas quais são os desafios,
550 dificuldades que a gente tem na nossa agenda? Primeiro a gente tem dificuldade em
551 consolidar essa agenda para dentro do governo, essa é uma questão importante,
552 dos governos, se não pode ser uma agenda só do governo federal, dentro do
553 governo federal, não pode ser uma agenda só da SEPPIR, da SDH, da SNJ, ela
554 precisa ser uma agenda de todo o governo e não pode ser uma agenda só do
555 governo federal, uma agenda dos estados e municípios, mas por outro lado a agente
556 tem um outro desafio, porque eu queria destacar aqui, do conjunto dos que a agente
557 tem, que é o desafio de olhar para como é que essa ação específica de
558 enfrentamento à violência contra a juventude negra, pensa o conjunto das
559 juventudes negras. Acho que essa é uma primeira questão, que é fundamental, e

560 que eu acho que o dialogo do conselho aqui pode ajudar a gente a responder.
561 Segundo, como essa ação de enfrentamento a violência contra a juventude negra
562 cria espaços para o enfrentamento também, à violência contra outras juventudes,
563 inclusive às violências contra a juventude LGBT, e terceiro, como é que a gente
564 aprendendo com essa experiência, cria outras experiências assemelhadas com essa
565 ,em diálogo que potencialize o enfrentamento à violência no âmbito do governo. Ai
566 eu acho que a agente tem que construir condição politica e aprender
567 reciprocamente, para ter um conjunto de ações ,e ai a gente está num movimento
568 bom para isso, porque é momento de final de governo, então em um certo sentido a
569 gente vai trabalhar nisso até o final do ano para que a agente deixe isso pronto para
570 um próximo governo, para em 2015. Isso começar a rodar, ser incluído no PPA,
571 como é que a gente cria um plano, uma estratégia, e aí vamos ter de ver a forma,
572 um conjunto de ações que digam respeito ao enfrentamento à violência contra a
573 juventude LGBT, como é que a gente parte do que a gente tem para pensar o que a
574 gente precisa construir, porque ai eu acho que uma primeira tentativa, tentativa aqui
575 não tem valor, não estou valorando não, o primeiro impulso que a gente tem é dizer
576 assim: como que a Juventude Viva discute a questão LGBT? Isso é uma primeira
577 pergunta, acho que é uma pergunta super pertinente que a gente tem que se fazer e
578 aí só acho, a gente vai precisar achar juntos para quer isso deixe de ser só a nossa
579 opinião e se transforme no nosso consenso, no nosso entendimento comum. Que a
580 aporta de entrada para a questão da juventude LGBT no Juventude Viva é a gente
581 pensar que a violência, se numericamente, esse conjunto desses casos de homicídio
582 que a agente trabalha aqui, desses quase 50 milhões de homicídios, ele não é
583 numericamente, a gente não tem indícios que a maioria deles são crimes
584 homofóbicos, lebofóbicos ou transfóbicos, não temos esse dado, mas a gente sabe
585 que uma parte significativa deles sim, são crimes de ódio que estão ligados a
586 identidade de gênero, a orientação sexual das pessoas. Tenho uma certeza que isso
587 está colocado e não precisa ser nenhum especialista para constatar isso, mas a
588 questão é, a seriedade e a relevância da agenda LGBT, tão profunda na nossa
589 agenda, que nós precisamos partir do Juventude Viva apontando para a construção
590 de uma ação especifica, que diga respeito ao enfrentamento da violência contra a
591 população LGBT que merece um espaço e uma agenda especifica, qual é esse
592 espaço? Vamos ter de descobrir, não está dito no governo ainda, vamos ter de
593 discutir, talvez um diálogo entre esse Conselho, o Conselho de Igualdade Racial e o
594 Conselho Nacional de Juventude, pode ser um bom espaço para a agente achar
595 essa resposta. Essa conversa aqui certamente é um pontapé inicial, talvez não o

596 inicial, mas é mais um pontapé nessa conversa. Isso é uma questão, e uma outra, é
597 a gente não tem dúvida que todos os outros casos de violência contra a juventude
598 no país, em particular contra a juventude negra, ele tem como substrato a forma pela
599 qual a gente constrói nossos padrões de masculinidade, porque esse é um debate
600 importante que a gente pode fazer aqui, porque morrem tantos homens? Porque
601 quase 100% das mortes violentas no país são contra homens? Porque isso? Porque
602 esse numero? E porque os homens se envolvem mais em confusão, não é isso
603 gente? Não pode ser isso, eu não sei essa resposta, ou por exemplo, pode até ser
604 essa, mas se for essa a resposta ela tem que ser sucedida de outra pergunta, e a
605 pergunta é: se é porque os homens se metem mais em confusão, porque os homens
606 se metem mais em confusão? Eu acho que não, mais se for isso façamos a segunda
607 pergunta, porque ai eu acho que vamos ter de debater, como nossos padrões de
608 masculinidade e heteronormativos são padrões de masculinidade que inspiram a
609 violência dos homens contra os outros homens, dos homens heterossexuais contra
610 os outros homens heterossexuais, dos homens heterossexuais contra as mulheres
611 todas, dos homens heterossexuais em relação ao conjunto do mundo, é assim que a
612 agente educa as pessoas, ser homem, ser violento, são sinônimos, ser homem
613 heterossexual violento é a condição necessária para existir no mundo que se
614 organiza a partir da diretriz do sexismo, machismo do patriarcado. É isso, entendeu?
615 Eu acho que a gente precisaria entrar nesse núcleo para pensar a nossa campanha
616 do Juventude Viva, para pensar o eixo da desconstrução da violência, e para pensar
617 quando a gente fala de aperfeiçoamento institucional no plano Juventude Viva, que o
618 racismo ele é amigo irmão do sexismo, da homofobia, da lebofobia, do conjunto de
619 discriminações que impedem a percepção do outro como sujeito, e nesse sentido eu
620 acho que as instituições servem para aprofundar esse modo totalitário de construção
621 de identidade e de impossibilidade de construção de viver na diversidade. É disso
622 que a gente está falando, então eu acho que em especial, no que diz respeito à
623 campanha Juventude Viva, e no que diz respeito ao aperfeiçoamento do eixo
624 institucional, a gente poderia pensar em como é que a gente avança tendo como
625 horizonte o desafio de que a médio e longo prazo a gente tem que ter no governo,
626 uma ação específica de enfrentamento à violência contra a juventude LGBT. Acho
627 que essas são as questões provocadoras para os debates, Larissa certamente tem
628 um conjunto de outras questões que a gente pode debater, e acho que a gente pode
629 ir conversando. Sei que vocês terão um grupo de trabalho amanhã, que um grupo de
630 trabalho pode aprofundar mais essas questões. Vai ter gente da SEPPIR nesse
631 grupo, mas acho que a gente podia fazer aqui um primeiro esforço para amanhã a

632 gente *profundar nisso e nos detalhes. Muito obrigado*". Larissa Borges: "Boa tarde a
633 *todas e a todos, é um prazer estar aqui. Quero primeiramente me desculpar pela*
634 *demora de chegar, porque teve um desencontro de informações, então eu acabei*
635 *demorando um pouco, mas sempre que o movimento LGBT me convidar vou estar*
636 *sempre a postos para atender, porque faz parte da obrigação do compromisso do*
637 *trabalho do plano da SNJ. Não vou me aprofundar a muitas coisas, porque o Felipe*
638 *e eu já tínhamos conversado antes para preparar nossa intervenção aqui, então eu*
639 *só queria apontar alguns elementos. Um é dizer que eu trabalho junto com o Geovan*
640 *na Articulação Nacional de Juventude Viva, que é um processo de articulação do*
641 *plano Juventude Viva nos municípios onde a gente já lançou o plano, e essa*
642 *articulação é muito poderosa porque ela possibilita o dialogo tanto com os gestores*
643 *locais quanto com a sociedade civil, e aí nesse processo, a gente tem encontrado*
644 *em todos os municípios demandas do movimento LGBT em relação ao plano,*
645 *denúncias né? As pessoas vem perguntar para a gente os casos de violência que*
646 *tem acontecido, vem pedir providencias em todos os âmbitos. No plano, a gente tem*
647 *uma experiência significativa que é na Paraíba, onde a gestão do Plano é feita em*
648 *conjunto pela Secretaria LGBT e pela Secretaria de Promoção e Igualdade Racial.*
649 *Então na prefeitura da Paraíba a gente tem essa experiência que é diferenciada das*
650 *outras e traz um resultado também diferenciado. Em relação à questão LGBT no*
651 *plano, a gente também tem tentado nos processos de formação que a gente*
652 *colabora, tanto com outros ministérios tanto em programas parceiros, a gente tem*
653 *interferido tentando contribuir com as perspectivas do plano para esses programas e*
654 *projetos. Como é que funciona isso. Vamos pensar por exemplo em um exemplo*
655 *mais fresquinho, o JUVIVA, que é um programa do MEC de formação de*
656 *professores da educação de jovens e adultos. Nesse programa a gente pensou:*
657 *vamos então, já que o programa está no plano Juventude Viva, vamos trazer a*
658 *perspectiva do plano para esse programa. O que é isso? Pegamos todo o material*
659 *do JUVIVA e tentamos acrescentar na perspectiva racial, de gênero, de juventude*
660 *de prevenção à violência e também as questões LGBT. Então eu sei que alguns*
661 *parceiros estão mais abertos, outros menos, mas dentro do limite de dialogo e*
662 *negociação que a gente tem em todos os espaços que vamos apontar ou apresentar*
663 *o Plano e levar essas questões a gente também tenta abordar as questões LGBT.*
664 *Isso é solidário, só que isso ainda é pouco, pelo tamanho da demanda, pela*
665 *complexidade do problema que está posto, né? Então em muitos lugares a gente*
666 *tem visto, embora o numero de jovens LGBT que são assassinados não seja o*
667 *maior, o requinte de crueldade desses crimes e o impacto desses crimes na vida e*

668 quem sobrevive a eles é muito expressivo, e a gente precisa ter um cuidado
669 específico, sobretudo em relação as jovens travestis e que trabalham né? E que
670 estão extremamente expostos e invisibilizados. Como o Felipe falou. a agente
671 precisa ir pensar nesse esforço conjunto para construir as condições políticas, para
672 avançar no enfrentamento à violência, e aí só o Plano Juventude Viva não é capaz
673 disso, e a gente sozinho também não vai ser capaz. Então, assim, seja o momento
674 da gente pensar em estratégias coletivas de colocar essa pauta na agenda, não
675 simplesmente como mais um elemento do plano, mas de implicar SEPPIR, SNJ,
676 SDH e outros parceiros, para pensar como que a agente faz uma agenda de
677 enfrentamento à violência contra a juventude LGBT. Nesse contexto gostaria de
678 lembrar que a agente está em um processo importante na SNJ, de consolidação do
679 Sistema Nacional de Juventude, e aí vamos ter um processo de consulta da
680 construção do Plano Nacional de Juventude. Então seria importante pautar as
681 questões LGBT nesse processo e de repente, fazer consultas específicas, ou
682 mobilizar os grupos para contribuir nas consultas, tanto presencial quanto
683 virtualmente. Então eu acho que é isso mesmo, é pensar nesse processo de dialogo
684 e incidência para avançar nessa construção. No mais, acho que a agente pode abrir
685 para o debate que vai dar mais frutos né, é isso?” Gustavo Bernardes: agradeceu
686 pelo convite e abriu espaço para intervenções. Lohren Beauty: apresentou o
687 problema da violência sofrida pelos jovens LGBT, principalmente nos esportes, como
688 o futebol. A conselheira informou que o Grupo E-Jovem vai enviar um ofício ao
689 ministro dos Esportes, sugerindo uma campanha durante a copa, voltada ao esporte
690 e a população LGBT. Irina Bacci: defendeu a integração das agendas do
691 CNCD/LGBT, com o CONJUVE levando em consideração a força normativa dos
692 colegiados, defendeu que esses colegiados discutam uma normativa conjunta com
693 ações de enfrentamento à violência e citou o exemplo de normativas aprovadas por
694 outros Colegiados. Gustavo Bernardes: agradeceu à conselheira Irina pela sugestão,
695 e pediu a conselheira Janaina Oliveira par apresentar a demanda no GT do Conjuve
696 e CNCD, que está discutindo o enfrentamento à violência contra jovens LGBT.
697 Gustavo pediu para que o GT avaliasse a possibilidade de tornar o resultado do
698 Seminário de Jovens LGBT que está previsto para acontecer no final de 2014, em
699 um resolução conjunta. Lucas Alencar: parabenizou a Mesa Diretora do
700 CNCD/LGBT por convidar a SEPPIR e a SNJ para essa discussão, e deu informe
701 sobre a reunião da Comissão Especial da Câmara dos Deputados que está
702 discutindo o Plano Nacional de Educação. Janaina Oliveira: saudou os convidados,
703 como companheiros históricos na luta da Juventude Negra. A conselheira informou

704 que a Rede Nacional de Negras e Negros LGBT já vem estabelecendo diálogo com
705 a SEPPIR e com a SNJ a cerca da questão LGBT no programa Juventude Viva, mas
706 entendendo a necessidade de incorporação de outras Entidades, como a SDH, com
707 os dados indicadores de violência construídos através do Disque 100, que permite
708 perceber que existe uma geração que sofre uma grande violência, que além de
709 sofrer a violência de identidade gênero e orientação sexual, também é uma
710 juventude negra. Janaina ressaltou a necessidade de um esforço coletivo entre
711 diversos ministérios e conselhos, no sentido de se unirem para construir
712 programas do governo federal, que contemplem não só a população jovem, mas em
713 especial a população jovem negra, e em especial, a população trans, que é bem
714 mais vulnerável. Marina Reidel: lembrou que está em discussão no Parlamento
715 brasileiro, a reformulação do ensino médio, e sugeriu um diálogo sobre a temática
716 discutida junto com o debate sobre a reformulação. Jovanna Cardoso: falou sobre a
717 necessidade de um olhar mais amplo para a juventude negra trans. A conselheira
718 informou que a ANTRA acredita que existam 2 milhões de travestis e transexuais no
719 Brasil, e que mais de 90% são negras. A conselheira ressaltou a importância desse
720 debate, no sentido de aproximar as entidades que compõem o CNCD das outras
721 secretarias, como a SEPPIR e a SNJ. Geovan Bantu: Saudou os presentes e se
722 apresentou como representante do Fórum Nacional de Juventude Negra no
723 CNCD/LGBT, e com membro da equipe de Articuladores do Plano Nacional
724 Juventude Viva. O conselheiro destacou a importância daquele momento, onde a
725 pauta de enfrentamento à violência sofrida pela juventude LGBT estava sendo
726 discutidos com lideranças que estavam entre as mais qualificadas sobre o tema. O
727 conselheiro falou sobre a importância da aproximação do CNCD/LGBT com o
728 Juventude Viva, diante do mapa da violência que aponta os jovens negros,
729 moradores de comunidades populares, como as maiores vítimas de violência.
730 Geovan concluiu fazendo um chamamento aos presentes, para a necessidade de se
731 pensar uma estratégia de enfrentamento à violência contra a juventude LGBT,
732 entendendo todos os recortes de raças e de região, com os dados do Disque 100.
733 Gustavo Bernardes: agradeceu a presença dos convidados e passou a palavra para
734 que os mesmo fizessem as considerações finais. **8) Encaminhamentos Finais e**
735 **Encerramento – Avaliação das Sugestões de Alterações na Proposta de**
736 **Resolução Sobre a População LGBT em Situação de Privação de Liberdade,**
737 **encaminhadas pelo CNCP. Apresentação: Sr. Marden Marques Soares Filho,**
738 **Coordenador da Área Técnica de Saúde no Sistema Penitenciário do Ministério**
739 **da Saúde, e conselheiro do Conselho Nacional de Política Criminal e**

740 **Penitenciária (CNPCP).** Marden Filho aparentou as sugestões de alterações
741 propostas pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), que
742 após discussão, as conselheiras Keila Simpson e Marina Reidel apresentaram
743 pequenas sugestões de alterações. Em seguida, o Pleno aprovou o texto final que
744 será encaminhado para aprovação no CNCPC e publicação no Diário Oficial da
745 União. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a
746 presença de todos, declarando encerrada a Reunião.